

# **Estatuto Social**

## **Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó**

### **CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL (FINS) E DURAÇÃO.**

Artigo 1º - O Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó é uma Instituição civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, apartidária e filantrópica, de caráter assistencial, de educação e cultural, com sede e foro na Aldeia Indígena Kariri Xocó, Zona Rural do município de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas, podendo atuar em todo o território nacional.

Parágrafo Primeiro - A Instituição terá duração por tempo indeterminado e não fará discriminação ou preconceitos de qualquer natureza, quer em suas atividades e objetivos sociais, quer entre os componentes de seu quadro associativo.

Parágrafo Segundo - O Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó, como entidade de assistência social sem fins lucrativos, reger-se-á pela legislação que lhe for aplicável, pelo presente Estatuto, pelo seu Regimento Interno e pelos demais atos emanados dos órgãos competentes.

Artigo 2º - O Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó tem por objetivo a promoção gratuita da assistência social, contribuir para o fortalecimento cultural e político, para o desenvolvimento sustentável da comunidade indígena Kariri Xocó, proporcionando-lhes assessoria especializada e capacitação técnica diversificada para que se organizem e possam enfrentar de forma articulada os desafios crescentes que se colocam hoje à sua comunidade e para a defesa de seus interesses.

I. A promoção da assistência social;

II. Fortalecimento Cultural e Político;

III. Desenvolvimento Sustentável;

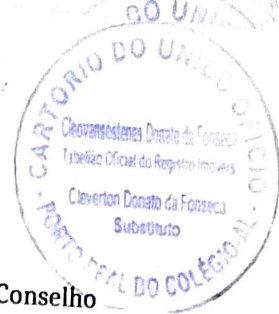
IV. Capacitação técnica diversificada.

V. Outras atividades compatíveis com as finalidades da entidade.

Artigo 3º - A associação não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social. Parágrafo Único - Os excedentes operacionais eventualmente apurados serão, obrigatória e integralmente, aplicados no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Artigo 4º - No desenvolvimento de suas atividades, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Parágrafo Único - O Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação dos seus assistidos, observando, em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços.



Artigo 5º - A associação poderá adotar um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Administrativo, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto.

Artigo 6º - A fim de cumprir suas finalidades, O Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó poderá se organizar em tantas unidades, escritórios ou filiais, quantos forem necessários, em qualquer parte do território nacional, para realizar a sua missão e objetivos.

## **CAPITULO II DA CONSTITUIÇÃO SOCIAL**

Artigo 7º - O Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó é constituída por número ilimitado de sócios, civilmente capazes, nos termos da legislação civil vigente, que compartilhem com os objetivos e princípios da associação. São distribuídos nas seguintes categorias:

- a) Sócios fundadores: aqueles que participaram da Assembleia Geral de Fundação da Associação, assinando o respectivo livro de presença e, comprometendo-se com as suas finalidades.
- b) Sócios efetivos: pessoas físicas dispostas a colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população carente, que forem incorporados à associação pela aprovação da Assembleia Geral, com aprovação de dois terços dos presentes em assembleia, a partir de indicação realizada pelos sócios fundadores e ou sócios efetivos.
- c) Sócios Colaboradores: pessoas físicas ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da entidade, solicitarem seu ingresso e pagarem as contribuições correspondentes, segundo critérios determinados em Regimento Interno e com a aprovação do Conselho Administrativo.

Parágrafo Primeiro - Os sócios, independentemente da categoria a que pertençam, não respondem subsidiária, nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pelo Conselho Administrativo.

Parágrafo Segundo - As pessoas jurídicas participantes do quadro de sócios far-se-ão representar nas Assembleias por um delegado credenciado.

Parágrafo Terceiro - A qualidade de associado, independentemente da categoria a que pertença, é intransmissível a qualquer título.

Artigo 8º - São direitos de todos os sócios:

- a) Participar e tomar parte, com direito a voz, da Assembleia Geral.
- b) Prestigiar e defender a Associação, lutando pelo seu engrandecimento.
- c) Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó, agindo com ética.



d) Satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a associação, inclusive as mensalidades (quando houver).

e) Participar de todas as atividades sociais e culturais, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas e nações.

f) Observar na sede da Associação ou onde a mesma se faça representar as normas de boa educação e conduta.

Artigo 9º - São direitos exclusivos dos sócios fundadores ou efetivos:

a) Votar e ser votado para os cargos eletivos da associação, após 1 (um) ano de filiação no caso sócio efetivo.

b) Tomar parte dos debates e resoluções da Assembleia Geral.

c) Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas da entidade.

d) Ter acesso às atividades e dependências do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó.

e) Convocar Assembleia Geral, mediante requerimento assinado por 1/5 (um quinto) dos sócios com direito a voto.

Artigo 10º - São deveres de todos os sócios:

a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

b) Acatar as decisões da Assembleia Geral;

c) Zelar pelo bom nome e pelo fiel cumprimento dos objetivos da associação.

d) Participar com as contribuições sociais conforme definido em Regimento Interno.

Artigo 11 - Poderá ser excluído da associação, havendo justa causa, o associado que descumprir o presente estatuto ou praticar qualquer ato contrário ao mesmo.

Parágrafo Primeiro - A decisão de exclusão de associado será tomada pela maioria dos membros do Conselho Administrativo. Parágrafo Segundo - Da decisão do Conselho Administrativo de exclusão do associado caberá sempre recurso à Assembleia Geral.

### **CAPÍTULO III PATRIMÔNIO E PRINCÍPIOS DE ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 12 - Os bens e direitos que compõem o patrimônio do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó destinam-se exclusivamente ao atendimento de suas finalidades e obrigações sociais.

Artigo 13 - O Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó poderá aceitar auxílios, contribuições ou doações, depois de examinados e aprovados pelo Conselho Administrativo, bem como firmar convênios, nacionais ou internacionais, com organismos ou entidades públicas ou privadas, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades.

Artigo 14 - O patrimônio do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó é constituído de:

I - doações, dotações, legados, auxílios, contribuições, transferência de recursos e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

II - rendas produzidas por bens e direitos do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó, ou por serviços por ela prestados, venda de publicações e produtos com a marca da associação, bem como as receitas patrimoniais;

III - contribuições sociais dos sócios fundadores, efetivos e colaboradores;

IV - fundos de reservas, fundos especiais e provisões de qualquer natureza;

Parágrafo Único - A aceitação de bens com cláusula condicional estará sujeita à aprovação do Conselho Administrativo e disposições regulamentares aplicáveis.

Artigo 15 - O material permanente, acervo técnico, bibliográfico, equipamentos adquiridos ou recebidos pelo Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó através de convênios, projetos ou similares, são bens permanentes e inalienáveis da associação, salvo autorização em contrário expressa pela Assembleia Geral.

Artigo 16 - No caso de dissolução da associação, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra entidade de fins não lucrativo e econômico, com o mesmo objetivo social, qualificada nos termos da Lei 9.790/99.

Artigo 17 - Na hipótese da associação obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social e que seja registrada no CNAS.

Artigo 18 - Os atos de gestão serão praticados com a finalidade da consecução do objeto social, assegurando-se a permanente compatibilidade entre receitas e despesas, bem como a capacidade econômica da associação.

Artigo 19 - O exercício financeiro do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó coincidirá com o ano civil, e sua contabilidade observará as regras estabelecidas na legislação própria, nos princípios fundamentais de contabilidade e nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Artigo 20 - O Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó levantará, obrigatoriamente, balancetes mensais, um balanço em 31 de dezembro e, anualmente, fará uma prestação de contas de suas atividades.

Parágrafo Único - O balanço de 31 de dezembro, a prestação de contas e a demonstração dos resultados do exercício serão divulgados a todos os sócios e interessados.



## **CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO.**

Artigo 21 - O Instituto é composto pelos seguintes órgãos diretivos:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho Administrativo;
- III. Diretoria Executiva;
- IV. Conselho Fiscal;

### **SEÇÃO I ASSEMBLÉIA GERAL**

Artigo 22 - A Assembleia Geral é o órgão soberano da associação, e se constituirá pelos sócios fundadores e efetivos em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 23 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I. Eleger o Conselho Administrativo;
- II. Destituir os membros do Conselho Administrativo;
- III. Eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal;
- IV. Aprovar as contas da Associação;
- V. Alterar o presente Estatuto Social; e,
- VI. Deliberar sobre a extinção do Instituto.

Artigo 24- A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário.

Artigo 25 - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Associação, por carta enviada aos associados ou por qualquer outro meio eficiente, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis. Parágrafo Primeiro: Na convocação deverá constar a "ordem do dia", não podendo se discutir assunto alheio à convocação. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, quinze minutos depois, seja qual for o número de associados presentes.

Artigo 26 - Todas as deliberações da Assembleia Geral deverão ser aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes. Parágrafo Único - Para as deliberações referentes a: alterações estatutárias, destituição de membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e dissolução da ONG, exige-se o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo a assembleia deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados plenos (fundadores e efetivos), ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Artigo 27 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho Administrativo, sendo garantido a um quinto dos sócios fundadores e efetivos o direito de promovê-la.



## SEÇÃO II CONSELHO ADMINISTRATIVO

Artigo 28 - O Conselho Administrativo, órgão máximo de administração do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó, tem por função e competência traçar as diretrizes políticas e técnicas da associação, supervisionar, orientar e desenvolver as atividades institucionais, deliberar sobre novos projetos e áreas de atuação, acompanhar o desempenho dos projetos em andamento, acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária, as contas e o movimento contábil da organização, bem como indicar os membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - A composição do Conselho Administrativo será integrada por CINCO membros eleitos em Assembleia Geral com mandato de 02 (dois) anos e posse no ato de sua eleição, permitida a recondução.

Parágrafo Segundo - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Administrativo serão eleitos em Assembleia Geral e coincidirão com o Presidente e o Vice-Presidente da Diretoria Executiva.

Artigo 29- Em sua primeira reunião, o Conselho Administrativo deverá designar a Diretoria Executiva.

Artigo 30 - O Conselho Administrativo, reunir-se-á ordinariamente a cada trinta dias e, quando necessário, mediante convocação extraordinária do seu Presidente ou da maioria dos seus membros titulares.

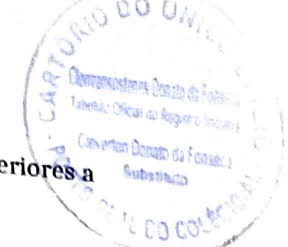
Parágrafo Primeiro - Nas deliberações do Conselho Administrativo, em caso de empate, cabe ao Presidente o voto qualificado de desempate.

Parágrafo Segundo - O Conselho Administrativo, observado o disposto no Regimento Interno deliberará com a presença mínima de três de seus membros.

Artigo 31 - Compete ao Conselho Administrativo, a definição e a deliberação das seguintes matérias, não exaustivamente:

- a) Elaborar, modificar ou substituir o Regimento Interno do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó, aprovando-o e pondo-o em vigor, com a finalidade de explicar, regulamentar, operacionalizar, esclarecer e, preencher lacunas ou omissões do presente Estatuto.
- b) Adotar um Código de Ética a ser observado, estabelecendo os princípios e regras que deve presidir as condutas dos RESPONSÁVEIS por quaisquer atividades no âmbito do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó.
- c) Traçar as diretrizes e política geral de administração do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó e os seus PROJETOS ASSISTENCIAIS.
- d) Admissão e retirada de sócios, patrocinadores e convênios.
- e) Plano de custeio e ações anuais, política plurianual de investimentos e programações assistenciais, econômico-financeiras e orçamentárias anuais.



- 
- f) Autorização de investimentos ou despesas que envolvam valores iguais ou superiores a um por cento dos ativos.
- g) Contratação de auditor independente e avaliador de gestão, observada as disposições Regimentais aplicáveis.
- h) Nomeação e exoneração de titulares de cargos administrativos do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó.
- i) Alienação ou gravame de bens integrantes do patrimônio imobiliário do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó ou aqueles que envolvam valores iguais ou superiores a um por cento dos ativos da ONG.
- j) Aceitação de doações e legados com encargos que resultem em compromisso para o Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó.
- k) Aceitação de bens com cláusula condicional.
- l) Matérias que lhe forem submetidas pela Assembleia Geral e pelo Conselho Fiscal.
- m) Orçamento, balancetes, balanço e prestação de contas anuais do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó, após manifestação do Conselho Fiscal.
- n) Instauração de processo administrativo e disciplinar no âmbito do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e nos demais casos disciplinados em Regimento Interno.

Artigo 32 – Compete ao PRESIDENTE do Conselho Administrativo:

- I. Representar a associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II. Convocar e presidir as Assembleias Gerais;
- III. Outorgar procuração em nome da ONG, estabelecendo poderes e prazos de validade.
- IV. Requisitar da Diretoria Executiva as informações que entender necessárias.

### **SEÇÃO III DIRETORIA EXECUTIVA**

Artigo 33 - A Diretoria Executiva será indicada pelo Conselho Administrativo e composta dos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-presidente;
- III - Secretário;
- IV - Tesoureiro;
- V - Conselho Fiscal
- VI - Suplentes

Parágrafo Único: A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês, sempre em sua sede social e excepcionalmente fora dela, devendo neste caso os demais diretores ser convocados, com documento escrito, pelo Secretário geral com antecedência mínima de cinco dias úteis.

Artigo 34 - A Diretoria Executiva tem por incumbência a administração da gestão patrimonial, financeira e contábil da ONG, podendo opinar e deliberar sobre os relatórios de desempenhos financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, em estrita observância deste Estatuto, do Regimento Interno e de seus regulamentos, e das diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Administrativo a quem está subordinada.

Artigo 35 - A Diretoria Executiva adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a colir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório, submetendo suas decisões ao Conselho Administrativo da entidade.

Artigo 36- Compete ao Presidente da Diretoria Executiva:

- I - Representar a associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III - Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando solicitado pelo Conselho Administrativa ou nos termos deste Estatuto;
- IV - Assinar, juntamente com o Tesoureiro ou com o Secretário, a abertura de contas bancárias, movimentá-las e promover as aplicações financeiras;
- V - Firmar contratos, convênios ou acordos, com aprovação da Diretoria Executiva, observando o disposto neste Estatuto;
- VI - Submeter à Assembleia Geral a proposta de programação anual de atividades da entidade, bem como, no encerramento do exercício fiscal anual, o relatório de atividades, das demonstrações financeiras e operações patrimoniais da entidade;
- VII - prestar contas dos recursos, receitas, despesas e bens recebidos ou gerados, inclusive os de origem pública, na forma prevista neste Estatuto, submetendo-as à análise do Conselho Fiscal.
- VIII - exibir, quando solicitado, as certidões de débitos da entidade junto ao INSS e ao FGTS.
- IX - determinar a realização de auditorias, inclusive por auditores externos independentes.

Artigo 37 - Compete ao Vice-presidente:

- I - auxiliar o Presidente a desempenhar suas funções e substituí-lo nos impedimentos, ausência ou afastamento;
- II - desempenhar as demais atribuições designadas pela Presidência Executiva.



**Artigo 38- Ao Secretário compete:**

- I - manter a escrituração de atas e demais documentos pertinentes à entidade;
- II - assinar, juntamente com o Presidente, a abertura de contas bancárias, movimentá-las e promover aplicações financeiras;
- III - manter o registro dos sócios;
- IV - manter o arquivo histórico das atividades da entidade;
- V - elaborar, juntamente com o Presidente, a pauta das reuniões.

**Artigo 39 - Compete ao Tesoureiro:**

- I - elaborar e prestar contas dos recursos, receitas, despesas e bens recebidos ou gerados, inclusive os de origem pública, submetendo-os à Diretoria Executiva;
- II - manter em ordem a escrituração contábil e fiscal da entidade.
- III - elaborar, no encerramento do exercício fiscal anual, o relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade;
- IV - tomar as medidas cabíveis para a obtenção das certidões de débitos da entidade junto ao INSS e ao FGTS;
- V - adotar as providências necessárias para a realização de auditorias, inclusive por auditores externos independentes;
- VI - assinar, juntamente com o Presidente, a abertura de contas bancárias, movimentá-las e promover aplicações financeiras;
- VII - arrecadar as contribuições dos associados;
- VIII - elaborar os balancetes mensais e os anuais, encaminhando-os à diretoria.

**SEÇÃO IV CONSELHO FISCAL**

**Artigo 40 - O Conselho Fiscal é o órgão responsável por fiscalizar a administração contábil-financeira da associação e será composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos e posse no ato de sua eleição, não sendo permitida a recondução.**

**Artigo 41 - Compete ao Conselho Fiscal:**

- I Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da ONG;
- II. Representar para a Assembleia Geral sobre qualquer irregularidade verificada nas contas da associação;
- III. Requisitar ao Conselho Administrativo, a qualquer tempo, documentação

comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela ONG. Apontar eventuais irregularidades, sugerindo medidas saneadoras.

IV. Emitir parecer sobre o relatório anual de atividades do Instituto Indígena Além do Tempo/Kariri Xocó e as demonstrações contábeis do exercício.

V. Fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor.

### **CAPÍTULO V DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Artigo 42 – A prestação de contas da ONG observará no mínimo:

I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III. A realização de auditoria, inclusive por auditores independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em REGIMENTO INTERNO;

IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidas será feita, conforme determina o § único do Art. 70 da Constituição Federal.

### **CAPÍTULO VI REGIME DE EXERCÍCIO DE MANDATO DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 43 – São requisitos para o exercício do mandato eletivo de membros dos órgãos de administração do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó, para as atribuições de Presidente, Vice-Presidente e Conselheiro do Conselho Administrativo e, Conselheiro e Suplentes do Conselho Fiscal:

I- Ser sócio fundador ou efetivo em dia com suas obrigações perante a associação;

II- Não ter sofrido sentença criminal transitada em julgado;

III- Reputação ilibada e inexistência de restrição decorrente de processo administrativo disciplinar ou judicial;

IV- Experiência no exercício de atividade financeira, administrativa, contábil, jurídica, fiscalização ou auditoria e idade igual ou superior a 25 anos;

V- Um ano de ONG, na qualidade de sócio efetivo, como condição de elegibilidade;

Artigo 44 – O mandato dos membros dos órgãos de administração do Instituto Indígena Além do Tempo - Kariri Xocó terá a seguinte duração:

I – Conselho Administrativo: dois anos, contados da posse por eleição ou nomeação, permitida a recondução.

II – Conselho Fiscal: três anos, contados da posse por eleição ou nomeação, não sendo



permitida a recondução.

Artigo 45 - Os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal somente perderão o mandato em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou punição em processo administrativo disciplinar instaurado pelo Conselho Administrativo e votado em Assembleia Geral, ou ainda no caso de confirmada ausência a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas, sem motivo justificado.

Artigo 46 - No caso de ser considerado vago o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo o posto será preenchido pelo prazo remanescente:

I - Por nomeação do Presidente do Conselho Administrativo, respeitadas as condições de elegibilidade, para vacância a menos de noventa dias do término do mandato;

II - Por eleição a ser convocada em Assembleia Geral para vacância a mais de noventa dias do término do mandato;

Parágrafo Único - No caso ser considerado vago o cargo de Presidente do Conselho Administrativo realizar-se-á imediatamente eleição para a escolha de novo Presidente, respeitado o prazo mínimo de 7 (sete) dias para a convocação de Assembleia Geral extraordinária.

Artigo 47 - A instauração, pelo Conselho Administrativo, de processo administrativo disciplinar para a apuração de irregularidades no seu âmbito de atuação ou do Conselho Fiscal, implicará no afastamento do Conselheiro até a conclusão dos trabalhos, que deverão ser encerrados no prazo máximo de trinta dias, admitida uma prorrogação por igual período.

#### **CAPÍTULO VII RESPONSABILIDADE DOS DIRETORES**

Artigo 48 - Os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos ou danos aos quais derem causa, por ação ou omissão, decorrente do descumprimento das suas obrigações ou deveres impostos pela lei, Estatuto ou atos normativos de observância interna.

#### **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 49 - A ONG adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Artigo 50 - A associação aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Artigo 51 - Não percebem seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Parágrafo Único - É permitida a contratação de associados, na qualidade de empregado da

ONG

Artigo 52 - São vedadas relações comerciais entre O Instituto Indígena Além do Tempo - Xaniri Xocó e as sociedades comerciais ou civis, das quais participem os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, assim como seus cônjuges, companheiros, parentes diretos, colaterais, ou por afinidade em linha sucessória até o quarto grau, amigos, empregados ou procuradores.

Parágrafo Único - A relação no caput deste artigo não é exaustiva, cabendo ao Conselho Fiscal determinar a instauração de processo administrativo disciplinar para a averiguação de indícios de improbidade.

Artigo 53 - Ao assumir e ao deixar o cargo os Conselheiros deverão apresentar declaração de bens, revestida das formalidades legais, incluídas a Declaração de Imposto de Renda do último exercício.

Artigo 54 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Administrativos e referendados pela Assembleia Geral.

Artigo 55 - Este Estatuto entrará em vigor na data do registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, podendo ser reformulado integral ou parcialmente, inclusive no tocante à administração, em Assembleia Geral.

Porto Real do Colégio/AL, 08 de Fevereiro de 2016.

Nadja Ramos dos Santos

Nadja Ramos dos Santos CPF 834417605-06  
Presidente

Elislen Costa Carol Costa

Advogado OAB nº 71647 - A2

Cartório do Único

Cartório do Único

**CARTÓRIO DO ÚNICO**  
Rua Ten. Manoel Gregório Soares, S/N - Centro  
Rec. p/ autenticidade 1 firma (s): Nadja  
Ramos dos Santos  
Em Testemunho da Verdade.  
Tábua Substituta  
Porto Real do Colégio 23 de 02 de 2016.  
Vida somente com o Selo de Autenticidade.

